

SCHWINDT, L. C. S.; QUADROS, E. S.; TOLEDO, E. E.; GONZALEZ, C. A. A influência da variável escolaridade em fenômenos fonológicos variáveis: efeitos retroalimentadores da escrita. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

## **A INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL ESCOLARIDADE EM FENÔMENOS FONOLÓGICOS VARIÁVEIS: EFEITOS RETROALIMENTADORES DA ESCRITA**

**Luiz Carlos da Silva Schwindt<sup>1</sup>**

**Emanuel Souza de Quadros<sup>2</sup>**

**Eduardo Elisalde Toledo<sup>3</sup>**

**César Augusto Gonzalez<sup>4</sup>**

schwindt@terra.com.br

manuquadros@gmail.com

eduardoelisalde@gmail.com

cesaraugusto.gonzalez@gmail.com

**RESUMO:** O presente estudo busca discutir a influência da escrita na realização de fenômenos fonológicos variáveis. Para isso, elencamos estudos variacionistas que destacam a variável Escolaridade como relevante para a aplicação ou não-aplicação de determinados processos fonológicos e discutimos as relações existentes entre fala e escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** escolaridade; escrita; variação fonológica.

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem duplo objetivo: o primeiro é o de relacionar fenômenos fonológicos do português brasileiro que são influenciados pela variável escolaridade; o segundo é o de discutir o papel da escrita, enquanto principal marca da escolaridade, como retroalimentadora da fala.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

<sup>2</sup> Bolsista BIC/PROPESQ/UFRGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>3</sup> Bolsista PIBIC/CNPq da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>4</sup> Bolsista voluntário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Partimos da observação de que a escrita pode exercer um papel significativo na oralidade. A direção dessa influência corre em sentido oposto à tradicional, consagrada nos estudos lingüísticos, de que a escrita serve apenas de registro convencional da língua falada.

Na próxima seção, apresentaremos, com base na literatura em teoria lingüística, razões por que fala tem sido considerada, na lingüística moderna, como prioritária em relação à língua escrita. A seção 2 traz uma revisão de alguns fenômenos fonológicos variáveis nos quais a variável escolaridade mostrou-se relevante. Acompanha essa revisão uma discussão sobre o papel que a escolarização exerce nos padrões de variação observados. Na seção 3, tratamos das relações entre fala e escrita. Por fim, procederemos a nossas considerações finais.

## **1. PRIORIDADE DA LÍNGUA FALADA SOBRE A ESCRITA**

Parece tácito, em Lingüística, que a fala é mais básica do que a escrita. Lyons (1982: 24-29) enumera quatro argumentos que sustentam essa afirmação. Segundo o autor, a fala é histórica, estrutural, funcional e biologicamente prioritária em relação à escrita. Essas quatro prioridades são resumidas a seguir:

### **a) Prioridade histórica**

Não se sabe de nenhuma sociedade humana que exista, ou que tenha existido, em qualquer época, privada da capacidade da fala. Além disso, até pouco tempo, a grande maioria das sociedades era constituída por analfabetos.

### **b) Prioridade estrutural**

Não há nada no formato das letras que possa determinar que certas combinações entre elas sejam permitidas e outras não. Embora a fala possa ser convertida em escrita, e vice-versa, quem determina as possibilidades de combinação entre as letras, nas línguas que se valem de um sistema alfabético de escrita, é a fala, uma vez que as letras servem para codificar os sons da fala e estes possuem restrições segmentais. Por exemplo, se não temos palavras em português iniciadas pela seqüência de letras *pv* não

é por outra razão senão porque a nossa língua falada não admite tal combinação de sons. Isso, obviamente, pode variar de idioma para idioma.

### **c) Prioridade funcional**

Mesmo nas sociedades mais modernas e industrializadas, a escrita é usada apenas em situações em que a comunicação vocal-auditiva não é possível. A fala ocupa, portanto, a maior parcela da comunicação humana. Até mesmo em situações que, no passado, exigiriam o uso da língua escrita, o emprego da língua falada foi possibilitado, graças à criação de instrumentos como o gravador e o telefone. Além disso, apesar de todos os recursos estilísticos que se possam empregar na escrita, ao falar, vários outros sentidos são acionados.

### **d) Prioridade biológica**

Muitos estudos tentam mostrar que o homem é pré-programado para falar, tanto no que diz respeito à produção quanto no que compete à percepção. Estudos sobre a lateralização do cérebro são capazes de identificar, por exemplo, que o hemisfério esquerdo realiza a maior parte do processamento dos sinais lingüísticos, sendo especialmente apto ao processamento dos sons da fala. O homem pode, entretanto, apesar desta configuração biológica, nunca aprender a escrever - e nem por isso estará privado da capacidade da linguagem. Ademais, as crianças adquirem, logo cedo, um domínio da língua falada de maneira natural, ao passo que o aprendizado da leitura e da escrita depende de um processo de instrução explícita, baseado, em grande parte, no domínio prévio que a criança já tem da fala.

A observação dessas prioridades colocou a língua falada como principal lócus de investigação da lingüística moderna.

Lyons (1982: 24) também cita os desenvolvimentos da lingüística histórica no século XIX, que legaram aos estudiosos uma compreensão maior da mudança lingüística. Observou-se que as mudanças observadas nos textos escritos ao longo da história podiam ser frutiferamente explicadas em termos de mudanças que haveriam ocorrido na língua falada, de forma que todas as línguas literárias seriam, em última instância, provenientes de línguas faladas por certas comunidades.

Com base nas observações precedentes, é fácil imaginar que a única direção possível de influência seja da fala para a escrita; isto é, que a escrita seja completamente

dependente da fala, ao passo que esta seja indiferente àquela. Apesar disso, o que se constata é que determinados fenômenos fonológicos variáveis que, tradicionalmente, são entendidos como “vindos de baixo” (cf. Labov, 1972: 123: *...below the level of conscious awareness*) podem ser, em alguma medida, regulados pela escrita. Isso é assim porque o código escrito, ainda que alimentado pela fala, pode exercer um papel retroalimentador, na medida em que contribui para reconfigurar estruturas fonológicas, produzindo algum controle sobre a realização de variantes fonéticas. Ilustramos, no esquema abaixo, adaptado de Kato (1990), as relações de alimentação e retroalimentação entre escrita e fala.



O esquema acima deve ser lido em sentido horário. Assim, o ponto de partida é a fala, ainda em seu estágio de pré-letramento. A seta à direita representa a hipótese tradicional de que a fala é a motivadora inicial da escrita. Esse contato, todavia, produz um padrão de retroalimentação, isto é, a escrita influencia a fala, reconfigurando-a - é o que indica a seta posicionada à esquerda da figura.<sup>5</sup>

## 2. FENÔMENOS FONOLÓGICOS VARIÁVEIS INFLUENCIADOS PELA VARIÁVEL ESCOLARIDADE

A fim de investigar essa relação retroalimentadora entre fala e escrita, procedemos a um levantamento de fenômenos fonológicos variáveis em que se observa uma notável influência da escolaridade. O objetivo era mapear quais destes fenômenos apresentam a escrita como marca principal do papel exercido pela variável em questão, já que nem sempre isso acontece. Em alguns casos, a variável Escolaridade se mostra relevante para um fenômeno fonológico, sem que essa influência seja determinada por

---

<sup>5</sup> O esquema proposto por Kato (1990: 11) prevê quatro estágios, a saber, FALA<sub>1</sub>→ESCRITA<sub>1</sub>→ESCRITA<sub>2</sub>→ FALA<sub>2</sub>, em que FALA<sub>1</sub> representa a fala do indivíduo pré-letramento, ao passo que FALA<sub>2</sub> representa a fala pós-letramento, estágio em que o domínio do código escrito passa a exercer certo controle sobre a língua falada.

pressões da língua escrita. A variante padrão<sup>6</sup> pode até mesmo não ser a forma que é representada pela escrita. É o que podemos observar na variação da lateral em coda no português brasileiro. Este segmento, quando em final de sílaba, como na palavra *papel*, pode ser velarizado (*pape[l]*), vocalizado (*pape[w]*) ou, ainda, apagado (*pape[ø]*). A variante padrão, com o segmento vocalizado, [w], é mais distanciada da forma escrita que as variantes alveolar, [l], e velarizada, [ɫ]. No entanto, como mostram Hora e Coler-Thayer (2005), em um estudo dessa variável na comunidade de João Pessoa/PB, a variante vocalizada, ainda que distanciada da escrita, é a preferida pelos falantes mais escolarizados.

Casos como esse exemplificam uma tendência, bem documentada na literatura sociolinguística, de que o nível de escolarização correlacione-se positivamente com a aderência às formas características da variante padrão da língua. Essa aderência não precisa necessariamente ser provocada pelo aprendizado das normas prescritas pela gramática tradicional, embora muitas vezes o seja. A própria vivência em um ambiente escolar faz com que o indivíduo busque uma identificação com a norma culta da língua, entendida aqui como o conjunto de comportamentos linguísticos compartilhados pelos falantes instruídos de uma sociedade.

Não discutiremos, primariamente, neste artigo, o papel da escola como promotora de um padrão culto da língua; nosso intuito é, antes, investigar os efeitos que o domínio do código escrito, resultado da escolarização, exerce na realização de fenômenos variáveis. Daí a importância de distinguirmos fenômenos como a realização variável da lateral em coda, discutida anteriormente, nos quais as pressões da escrita não se mostram determinantes, de variáveis fonológicas em que o domínio do código escrito parece ser um correlato da variável Escolaridade.

Exemplo deste último tipo de fenômeno é a variação do ditongo nasal tônico -*ão*, estudada por Tomiello (2005). A autora trata da alternância entre -*ão* e -*on* (*caminhão* ~ *caminhon*), realizada por falantes bilíngües português-italiano, habitantes da zona rural de São Marcos/RS. A análise mostra que o uso da variante -*on* decresce na medida em que aumenta o nível de escolarização. Isso evidencia a influência que a escola exerce na difusão de formas de prestígio, características da língua padrão, no caso o português, e no conseqüente abandono de variantes características da língua de origem, o italiano. Na variação documentada pela autora, a influência da escolarização

---

<sup>6</sup> Para fins de discussão, chamamos de variante padrão a forma que, em geral, é utilizada pelos falantes mais escolarizados e que, por isso, tende a gozar de maior prestígio.

parece se dar na medida em que os falantes se familiarizam com a língua padrão escrita, que favorece a variante *-ão*.

Não é apenas na supressão de formas da língua de origem em regiões de imigração que podemos notar a ação da escola. Seu papel também é evidente no confronto entre variedades padrão e não-padrão do português. Naturalmente, aquelas são favorecidas, em detrimento destas. Ao menos no que concerne à variação fonológica, a escrita parece exercer uma considerável influência nesse sentido.

Encontramos muitos exemplos desse tipo de variação na literatura variacionista. Destacamos a síncope nas palavras proparoxítonas, como em *abóbora* ~ *abobra* e *música* ~ *musga* (Amaral, 2002), e o rotacismo, que se caracteriza pela realização variável das consoantes líquidas, como em *planta* ~ *pranta* (Costa, 2006). Trata-se de fenômenos em que a aplicação do processo - síncope ou rotacismo - é estigmatizada. Por esse motivo, é esperado que se observe uma frequência de aplicação consideravelmente menor na fala de informantes mais escolarizados, pois, como mencionamos anteriormente, a escola age como promotora de um padrão culto da língua, que se caracteriza pela não-aplicação da síncope e do rotacismo. No entanto, nos estudos de Amaral (2002) e Costa (2006), ao contrário do que se observa em Hora e Coler-Thayer (2005), as variantes padrão, cujas frequências aumentam conforme o aumento do nível de escolaridade dos informantes, são justamente as formas que são representadas pela escrita. Assim, podemos imaginar que, junto a uma função de promoção da norma culta, também esteja em questão o papel retroalimentador da escrita, a que aludimos anteriormente. Isto é, depois de apreendida a relação existente, embora não necessariamente isomórfica, entre som e letra, falantes tenderiam a utilizar, na fala, formas mais próximas às que vêm representadas pela escrita: *abóbora* mas não *abobra*; *planta* mas não *pranta*.

Em casos como esse, temos situações em que o papel da escolaridade é ambíguo: sua força pode estar sendo exercida tanto pelas pressões da escrita como pela promoção dos falares típicos dos falantes mais cultos da sociedade. Convém notar que as duas funções não se excluem. É difícil negar a relevância de qualquer uma delas, e acreditamos que, nesses casos, as duas funções concorram para a supressão das variantes não-padrão nos níveis mais altos de escolaridade.

Além da variação observada na realização da lateral, em que o papel padronizador da escola parece ser o mais acentuado, e de fenômenos como a síncope e o rotacismo, em que tanto este papel como as pressões exercidas pela língua escrita se

mostram relevantes, podemos perceber a existência de um grupo de fenômenos para os quais a variável Escolaridade tem bastante importância, sem que haja, contudo, motivo para se pensar que a escola esteja agindo no sentido de suprimir formas estigmatizadas e promover uma variante padrão.

Collischonn (2003) traz resultados interessantes para nossa discussão, advindos de seu estudo sobre a realização da epêntese vocálica no português do sul do Brasil. Esse fenômeno caracteriza-se pela inserção variável de uma vogal para desfazer encontros consonantais em palavras como *digno*, *opção* e *advertir*, que podem, então, ser realizadas, na fala, como *dig[i]no*, *op[i]ção* e *ad[i]vertir*, respectivamente. Sabendo que a escrita padrão registra a variante favorecida pela norma, qual seja, a forma que não contém vogal epentética, esperar-se-ia que falantes mais escolarizados, que tiveram, portanto, mais contato com a língua padrão escrita, tivessem uma frequência menor de realização de epêntese na fala. Isso seria evidência de uma interferência exercida pelo código escrito sobre a oralidade. Os resultados da autora confirmam essa expectativa. Os informantes menos escolarizados (níveis primário e ginásio) apresentam uma alta taxa de realização de epêntese, ao passo que falantes mais escolarizados (níveis colegial e superior) apresentam uma taxa consideravelmente menor de realização do fenômeno.

Cabe observar que a epêntese vocálica não é um fenômeno tipicamente visado pelo discurso normativo e que há pouca manifestação adversa dos falantes ao ouvirem formas como *op[i]ção* e *ad[i]vertir*. Isso nos leva a pensar que o fato de a taxa de realização do fenômeno ser inversamente proporcional ao nível de escolaridade dos falantes não está diretamente ligado a uma questão de maior prestígio da variante padrão em relação à não-padrão. O ponto crucial parece ser a familiaridade dos falantes mais escolarizados com a língua escrita, que perpetua encontros consonantais não-separados por epêntese. Como observa Collischonn (2003), com base na observação do *corpus* de sua pesquisa, “o número de formas-alvo vai aumentando consideravelmente com o aumento da escolaridade”. Isto é, o número de palavras com encontros consonantais que se caracterizam como contexto para inserção de vogal epentética passa a ser mais frequente nos níveis mais altos de escolarização. Podemos pensar que isso se deve ao maior contato que os falantes dos níveis Colegial e Superior possuem com esse tipo de vocabulário. Como esse contato é realizado na escola, por via da escrita, que registra a variante padrão, não-epentética, também teríamos, aí, a origem da correlação observada entre nível de escolaridade e não-realização da epêntese. Concordamos, então, com Collischonn (2003), quando a autora sugere que “esse é um caso em que não

é a prescritividade escolar que está agindo, mas sim, o fato de que a forma escrita tem um impacto direto sobre a competência oral do falante que usa a escrita”.

Além da epêntese vocálica, outros fenômenos variáveis em que a escola não exerce meramente um papel de supressora de formas estigmatizadas podem ser observados. Schwindt (2002), em um estudo sobre a harmonia vocálica em dialetos do sul do Brasil, retrata uma situação de variação estável, em que não parece haver estigma social com relação às variantes não contempladas pela escrita padrão. O fenômeno em questão caracteriza-se pela elevação das vogais pretônicas *e* e *o*, quando seguidas por vogal alta numa sílaba subsequente, fazendo com que palavras como *menino* e *sobrinho* sejam variavelmente pronunciadas como *m[i]nino* e *s[u]brinho*, respectivamente. O autor observa que o aumento do nível de escolaridade dos informantes traz consigo uma diminuição na taxa de aplicação da harmonia vocálica. Constatando-se que as formas com vogal alta na pauta pretônica, como as exemplificadas acima, não são socialmente estigmatizadas, e que, portanto, não parece recair sobre elas um grande controle prescritivo da escola, podemos atribuir o efeito da escolaridade nesse processo à familiaridade dos falantes mais escolarizados com a escrita, que registra a variante com vogal média. Conforme Schwindt (2002: 178),

(...) indivíduos que tiveram maior acesso à escrita tendem a aproximar mais sua fala dessa modalidade, ao contrário dos que se expuseram menos a ela. Essa constatação está muito presente na literatura da harmonização vocálica e de outros fenômenos fonológicos que não envolvem (ou que envolvem pouca) consciência por parte do falante.

Considerada a descrição desses fenômenos, passemos à reflexão sobre o ciclo reatualizador defendido neste texto em sua articulação com o processo de aprendizagem da escrita.

### **3. O CICLO FALA-ESCRITA-FALA**

Os fenômenos de variação descritos acima confirmam a hipótese de que a relação entre fala e escrita não é unidirecional, como tradicionalmente se postula, isto é, não apenas a oralidade é determinante na apropriação do código escrito, mas a escrita exerce papel determinante sobre a fala.

O uso em contextos orais de formas convencionadas pelo sistema gráfico do português, além de revelar o prestígio social atribuído a uma pronúncia que se aproxima da forma escrita, considerada pelo senso comum a forma mais “correta” (Votre, 2003), caracteriza, também, um novo tipo de consciência lingüística construído pelo aprendizado das relações entre letras e sons durante o processo de alfabetização. Segundo Morais (1996), a alfabetização estabelece uma nova relação entre língua e falante: não é mais possível ouvir uma palavra sem relacioná-la a sua representação ortográfica, letra por letra. Se no início do letramento os alunos tendem a suprir as arbitrariedades e irregularidades na relação entre fonema e grafema aproximando-a de sua forma fonética, conforme o progresso do aprendizado e uma posterior experiência com a leitura e produção de textos, o que se iniciou como uma consciência fonológica engatilhada por um método alfabético de letramento (o famoso *abecedário*) é substituído por uma consciência ortográfica que pode determinar comportamentos na fala. Isso ocorre quando as convenções já perderam seu caráter arbitrário e adquirem uma aparência de naturalidade.

Esse comportamento lingüístico diferenciado por parte de falantes de grau médio ou superior de escolaridade em oposição àqueles com um grau básico ou nulo indica um processo de “adaptação” da performance dos primeiros, que segue à fase de absorção de normas ortográficas sem relação direta com a oralidade e que resulta numa “fala que procura simular a escrita” (Kato, 1990). Logo, temos duas fases para a fala e a escrita, conforme Mary Kato: numa etapa inicial de letramento, a escrita reflete de forma relativamente isomórfica o comportamento oral, ainda característico de uma fase anterior à alfabetização; numa etapa posterior, a escrita ganha atributos de modalidade autônoma de expressão, passando a ser regida por normas internas independentes, motivadas por questões etimológicas, morfológicas, etc., que não dizem respeito diretamente à fala, mas que condicionam as formas lingüísticas utilizadas nessa modalidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos nos estudos variacionistas que elencamos na seção 2 e como podemos observar, com frequência, na literatura da área, a variável Escolaridade tem considerável influência sobre as taxas de aplicação de uma gama de fenômenos

fonológicos variáveis. Esse papel pode estar correlacionado com a função social que a escola exerce, como promotora dos falares típicos dos setores mais intelectualizados da sociedade. Observamos, contudo, a existência de um conjunto de fenômenos para os quais a escolarização não tem - ou não tem apenas - a função de suprimir variantes estigmatizadas. Nesses casos, o papel da escola se manifesta na familiarização dos indivíduos com a escrita.

A língua escrita, com alguma razão, é tradicionalmente vista como um registro da língua falada, embora a relação entre os dois domínios não seja isomórfica. Sabemos que a fala é prioritária em relação à escrita em ao menos quatro sentidos, como foi exposto na seção 1. No entanto, a relação não parece ser unilateral. Nota-se que, a partir do domínio do código escrito, a consciência ortográfica passa a determinar comportamentos lingüísticos na fala. Essa relação pode ser mais bem compreendida se



voltarmos ao esquema que trouxemos no fim da primeira seção, repetido abaixo por conveniência:

Defendemos que, embora a escrita seja alimentada pela fala, já que aquela é, em princípio, uma mera representação desta, há um estágio pós-letramento, em que a fala passa a sofrer influências do código escrito.

Assim, podemos pensar que o ensino da escrita é uma das pressões que concorrem para a homogeneização das variantes lingüísticas, já que a consciência ortográfica parece ser um fator determinante na frequência de escolha de formas fonéticas mais aproximadas da língua escrita, na medida em que aumenta o nível de escolarização dos falantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, Marisa Porto do. A síncope em proparoxítonas: uma regra variável. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (org.). *Fonologia e Variação: Recortes do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

2. COLLISCHONN, Gisela. Epêntese Vocálica no Português do Sul do Brasil: Variáveis Extralingüísticas. *Revista Letras*, Curitiba: Editora UFPR, n. 61, especial, p. 285-297, 2003.
3. COSTA, Luciane Trennephol da. *Estudo do rotacismo: variação entre consoantes líquidas*. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
4. HORA, Dermeval; COLER-THAYER, Matthew. Brazilian Portuguese Lateral // Vocalization: Social and Articulatory Observations. *Revista Lingua(gem)*, V. 2, n. 2, 2005.
5. KATO, Mary. *No Mundo da Leitura: Uma perspectiva psicolingüística*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.
6. LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
7. LYONS, John. *Lingua(gem) e Lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
8. MORAIS, José. *A Arte de Ler*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
9. SCHWINDT, Luiz Carlos. A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (orgs.). *Fonologia e Variação: Recortes do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
10. TOMIELLO, Marciana. *A variação do ditongo nasal tônico -ão como prática social no português de São Marcos/RS*. 2005. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.
11. VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

**RESUMO:** O presente estudo busca discutir a influência da escrita na realização de fenômenos fonológicos variáveis. Para isso, elencamos estudos variacionistas que destacam a variável Escolaridade como relevante para a aplicação ou não-aplicação de determinados processos fonológicos e discutimos as relações existentes entre fala e escrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** escolaridade; escrita; variação fonológica.

**ABSTRACT:** This study aims at discussing the influence of writing on the realization of variable phonological phenomena. For this task, we gathered variationist studies that present the Schooling Level variable as relevant to the application or non-application of certain

phonological processes. We also discuss the relationships that hold between written and spoken language.

**KEYWORDS:** schooling level; written language; phonological variation.

**RESUMEN:** El presente estudio busca discutir la influencia de la escritura en la realización de fenómenos fonológicos variables. Con ese objetivo, incluimos estudios variacionistas que destacan la variable Escolaridad como relevante para la aplicación o no aplicación de determinados procesos fonológicos, así como discutimos las relaciones existentes entre el habla y la escritura.

**PALABRAS CLAVE:** Escolaridad; escritura; variación fonológica.

Recebido no dia 05 de junho de 2007.

Artigo aceito para publicação no dia 02 de julho de 2007.